

EDUARDO COSTA PINTO

AMÉRICA LATINA NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI: “EFEITO CHINA” E CRESCIMENTO COM INCLUSÃO¹

1 Texto elaborado para o Projeto Capacidades Humanas, Desenvolvimento e Políticas Públicas do Observatório Nesp/UnB.

Professor adjunto do Instituto de Economia da UFRJ; ex-técnico de Pesquisa e Planejamento do Ipea; doutor em Economia pela UFRJ. E-mail: eduardo.pinto@ie.ufrj.br.

AMÉRICA LATINA NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI: “EFEITO CHINA” E CRESCIMENTO COM INCLUSÃO

EDUARDO COSTA PINTO

1. INTRODUÇÃO

A América Latina e o Caribe, após duas décadas de baixo crescimento e de diversas crises econômicas e políticas, conseguiram, na primeira década do século XXI, reduzir de forma significativa sua vulnerabilidade externa, sustentar altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), mesmo após a profunda crise internacional de 2008, e reduzir a desigualdade de renda e a pobreza extrema.

A configuração desse novo padrão de crescimento latino-americano na década de 2000, a partir de 2002, foi possibilitada por um conjunto de fatores externo e interno à região. No plano externo, a ascensão da China provocou transformações econômicas estruturais na economia mundial que tiveram impactos positivos para muitos países da América Latina, notadamente os sul-americanos. No plano interno, o fracasso do modelo neoliberal em cumprir suas promessas (crescimento, estabilidade e distribuição de renda) na década de 1990 possibilitou a vitória eleitoral de muitos governantes, localizados no espectro político mais à esquerda, que adotaram políticas de demanda efetiva, em particular as de transferência de renda.

Diante disso, este informe tem como objetivo apresentar as linhas gerais do novo padrão de crescimento (em suas dimensões econômicas e sociais) da América Latina e do Caribe na primeira década do século XXI, buscando, por um lado, identificar quais foram os impactos (positivos e negativos) das transformações da economia mundial – decorrentes do “efeito China” – para os países da região e, por outro, mostrar como alguns

países conseguiram aproveitar a redução da vulnerabilidade externa para crescer, distribuir renda e reduzir a pobreza.

Além desta introdução, este informe divide-se em mais quatro seções. Na segunda, apresentam-se as linhas gerais da evolução demográfica (população, estrutura etária e urbanização) e econômica (PIB e PIB *per capita*) da América Latina. Na seção 3, analisam-se os principais elementos explicativos (interno e externo) para a configuração da nova dinâmica econômica da região na década de 2000. Na seção 3, enseja-se apresentar, em linhas gerais, a evolução da distribuição de renda e da redução da pobreza extrema na América Latina. Por fim, na seção 4, procura-se alinhar algumas ideias a título de conclusão.

Os dados utilizados foram obtidos nas bases do Banco Mundial (BM) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Analisar-se-ão as informações agregadas da América Latina e, de forma desagregada os dados de 10 países selecionados, formados pelas maiores economias da região em 2010 (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Peru, República Dominicana e Venezuela).

2. DIMENSÕES DEMOGRÁFICAS E ECONÔMICAS DA AL

A população da América Latina em 2010 era de 590 milhões de pessoas, o que representava 8,6% da população mundial. Dessa população total, aproximadamente 87% viviam nos 10 países selecionados (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Peru, República Dominicana e Venezuela), sendo que dois desses países (Brasil: 33,1%; e México: 19%) detinham 52,1% da população total. Entre os quinquênios 1995-00 e 2005-10, a taxa de crescimento média populacional da região caiu de 1,5 por 100 habitantes para 1,2 por 100 habitantes (decréscimo de 20%). Isso também foi observado para os 10 países selecionados. Cabe observar que a Argentina, o Chile e Cuba foram os países que apresentaram as menores taxas de crescimento populacional; inclusive, esses três países já detinham, desde o início da década de 1980, taxas inferiores a 2,0 por 100 habitantes (Tabela A.1, anexo).

A desaceleração das taxas de crescimento populacional da região e dos 10 países selecionados, fruto da redução das suas taxas de fecundidade – dada a redução da mortalidade infantil –, tem sido uma tendência observada nas últimas três décadas que, provavelmente, repetir-se-á nas décadas vindouras. Essa redução nas taxas tem provocado modificações demográficas importantes, que, necessariamente, implicarão reordenamento das prioridades das políticas públicas a serem adotadas pelos países da região.

Entre 2000 e 2010, a proporção da população com idade entre 0-14 na América Latina decresceu de 31,8% para 27,9%, ao passo que as proporções da população para as coortes de 15-64 e de 65 anos e mais se elevaram de 62,3% para 65,2% e de 5,8% para 6,9%, respectivamente. Esse perfil e essa trajetória demográfica também foram observados para o grupo dos 10 países selecionados, com algumas pequenas diferenças associadas à maior participação da população de 65 e mais anos na Argentina e em Cuba, em virtude desses dois países terem realizado primeiro suas transições demográficas em relação aos demais países da região (Tabela A.1, anexo).

Essa dinâmica demográfica regional, que combina redução do grupo etário mais jovem e aumento dos grupos etários potencialmente produtivos (entre 15-64 anos) e mais velhos (65 anos e mais), provocará, para as próximas décadas: i) uma menor demanda por educação de primeiro grau e maior pressão por escolas de 2º e 3º graus; ii) a necessidade de ampliação dos serviços públicos voltados à terceira idade, tais como previdência social, saúde e lazer; e iii) a maior necessidade de geração de novas vagas no mercado de trabalho.

O crescimento maior do segmento etário potencialmente produtivo (15-64 anos) em relação à expansão da população economicamente dependente (0-14 anos + 60 anos e mais) gerou uma redução na razão de dependência¹ da região de 60,4 para 53,4 entre 2000 e 2010; trajetória também verificada nos 10 países selecionados. Essa situação temporária (que deverá permanecer até 2030, segundo projeções populacionais da Cepal)

1 Razão entre a população de 0 a 14 anos mais a de 65 anos e mais e a população de 15 a 64 anos. Isso mede a participação relativa da população potencialmente inativa, que deve ser sustentada pela parcela da população potencialmente produtiva.

é denominada de bônus demográfico, e, para que possa ser realmente aproveitada, é necessário que boa parte dessa população potencialmente produtiva esteja empregada, gerando mais riqueza em uma conjuntura em que a proporção da população dependente é menor.

Outro fator populacional importante dos anos 2000 na região e nos países selecionados foi a elevação da proporção da população que mora nas cidades (taxa de urbanização). Entre 2000 e 2010, a taxa de urbanização regional expandiu-se de 75,5% para 79,6%. Equador e República Dominicana foram os países, entre os selecionados, que apresentaram os maiores crescimentos das taxas de urbanização.

No plano econômico, a riqueza (medida pelo Produto Interno Bruto - PIB) produzida na América Latina e no Caribe no ano de 2010 foi da ordem de US\$ 4.922 bilhões, equivalente a 7,8% de toda a riqueza gerada no mundo. As 10 maiores economias da região juntas produziram 94,1% dessa riqueza, sendo que o Brasil e México foram responsáveis por 43,5% e 21%, respectivamente, do PIB da região (Tabela A.2, anexo).

Essa geração de riqueza se acelerou na década de 2000 na maioria dos países da América Latina e do Caribe, especialmente os sul-americanos. O PIB expandiu-se em 3,4% ao ano, em média, entre 2000 e 2010, na região, mesmo com a emergência da crise internacional em 2008. Essa taxa foi ainda maior no auge do ciclo de expansão da economia mundial, entre 2003 e 2008, quando se expandiu em 6,4%. Em 2009, o PIB da região caiu 2% em decorrência dos efeitos da crise, mas voltou a se recuperar já em 2010, quando elevou 5,9% (Tabela A.2, anexo).

As maiores taxas de crescimento econômico da América Latina, entre 2000 e 2010, foram obtidas pelos países sul-americanos. Dos países selecionados dessa sub-região, a Argentina, o Brasil, a Colômbia, o Equador, o Peru e a Venezuela obtiveram crescimento do PIB de 4,1%, 3,7%, 3,8%, 4%, 4,4%, 5,5% e 3,5%, respectivamente. O destaque negativo ocorreu com a economia do México, que se expandiu em apenas 2,3%. Esse baixo dinamismo mexicano gerou a redução na sua participação do PIB regional de 29,9% em 2000 para 21% em 2010. Além do México, outros países da América Central e do Caribe (Costa Rica, Guatemala, Jamaica, Honduras Nicarágua, etc.), que não fazem parte dos países selecionados,

obtiveram taxas de crescimento bem próximas, ou menores, que as observadas para a economia mexicana (Tabela A.2, anexo).

A combinação de maiores expansões econômicas e de redução nas taxas de crescimento populacional, entre 2000 e 2010, implicou significativa expansão do PIB *per capita* da América Latina, que passou de US\$ 4.124 para US\$ 8.404 (crescimento médio ao ano de 10,4%). Em 2010, os países que detinham os maiores níveis de PIB *per capita* eram Chile (US\$ 11.874), Brasil (US\$ 10.962), México (US\$ 9.327) e Argentina (US\$ 9.089), sendo que os dois primeiros obtiveram elevadas taxas de crescimento do PIB *per capita* entre 2000 e 2010 (de 14,2% e de 19,6%, em média anual, respectivamente), ao passo que México e Argentina apresentaram menores taxas de expansão (Tabela A.2, anexo).

3. A DINÂMICA MACROECONÔMICA DA AL E O “EFEITO CHINA”: REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE EXTERNA E ELEVAÇÃO DAS TAXAS DE CRESCIMENTO

A expansão econômica latino-americana na década de 2000 foi impulsionada (de forma direta e indireta) pelas mudanças estruturais na economia mundial decorrentes da ascensão da China, que passou a funcionar como uma locomotiva do crescimento mundial. A expansão de 10% ao ano em média do PIB chinês nos últimos 30 anos alçou essa economia à condição de segunda maior do mundo, de “nova fábrica” do mundo, de maior exportador mundial e de segundo maior importador mundial, atrás apenas dos Estados Unidos, funcionando com um duplo polo na economia mundial.

Medeiros (2006) deixou muito claro esse novo papel desempenhado pela China. De um lado, aparece como principal produtor mundial de manufaturas, notadamente produtos de Tecnologia da Informação e bens de consumo duráveis e não duráveis, transformando-se em um exportador líquido para os EUA e o Japão. De outro, surge como importante destino para a produção mundial de máquinas, equipamentos e produtos de alta tecnologia asiática e alemã e de matérias-primas (petróleo, minerais, produtos agrícolas, etc.) latino-americanas e africanas. Com isso,

a China tornou-se importador líquido de muitos países asiáticos e o principal destino das exportações das *commodities* latino-americanas.

O novo papel desempenhado pela China na economia internacional vem provocando significativas transformações estruturais, que, segundo Castro (2011), Pinto (2011b) e Pinto e Balanco (2012), podem ser elencadas em quatro pontos centrais:

- Elevação e manutenção dos preços internacionais das *commodities* fruto da demanda chinesa (efeitos direto e indireto) e da elevação dos custos de produção desses produtos;
- Estabilização ou baixo crescimento do nível de preços das manufaturas em virtude da pressão competitiva da produção industrial da China, que combina salários baixos, economias de escala e de escopo e novas formas de organização e gestão da produção – tecnologia frugal, produção modular, etc.;
- Sustentação dos termos de troca favorável aos países em desenvolvimento, especialmente os africanos e latino-americanos que exportam *commodities* para a China. Isso, por sua vez, relaxa a restrição externa que esses países enfrentam. Essa condição decorre das duas tendências anteriores; e
- Expansão mundial do consumo de massa em decorrência da mudança de preço relativo entre manufaturas e salários, que vem permitindo o acesso aos produtos industriais a segmentos da população mundial que até então viviam na condição de subsistência. Essa condição decorre das três tendências anteriores.

Essas transformações econômicas globais implicaram efeitos positivos para muitas economias da América Latina, particularmente no campo das contas externas, que sempre funcionaram como um “calcanhar de Aquiles” da região. O expressivo superávit do balanço de pagamentos entre 2000 e 2010 (US\$ 432,2 bilhões, no acumulado) possibilitou aos governos da região acumular reservas (que passaram de US\$ 162,7, em 2000, para US\$ 651,4, em 2010) e, conseqüentemente, reduzir sua vulnera-

bilidade externa. Esse crescimento expressivo das reservas internacionais foi observado nos 10 países selecionados² (Tabelas A.3 e A.4, anexo).

É possível identificar duas dinâmicas positivas e distintas do setor externo da América Latina, a saber: i) entre 2003 e 2007, quando os superávits na balança comercial da região foram superiores aos déficits estruturais da conta de serviços e renda, propiciando superávits na conta corrente (ver Tabelas A3 e A.4, anexo); e ii) entre 2008 e 2010, quando os superávits na conta capital e financeira foram os maiores impulsionadores positivos das contas externas (Tabela A.4, anexo). Essa melhora externa da região foi impulsionada pelo “efeito China” (elevação dos preços internacionais das *commodities*) e, mais recentemente (pós-crise de 2008), pela ampliação da liquidez internacional, decorrente, sobretudo, das políticas monetárias expansionistas dos Estados Unidos.

Nesse sentido, o “efeito China” gerou, entre 2000 e 2010, a expansão do *quantum* exportado pelos países latino-americanos (de 4% na média anual para o conjunto da região)³ e a elevação expressiva dos preços das principais *commodities* (sobretudo, o petróleo, o gás, os minerais e os alimentos) exportadas pela região (de 8% ao ano em média)⁴. Esses dois resultados provocaram um acelerado crescimento das taxas de exportação, em valor, e uma significativa melhora nos termos de troca da região

2 Entre 2000 e 2010, as reservas internacionais de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Peru, República Dominicana e Venezuela cresceram de US\$ 25,5 para US\$ 51,7 bilhões; de US\$ 33,4 para US\$ 285,9 bilhões; de US\$ 15,2 para US\$ 27,6 bilhões; de US\$ 9,1 para US\$ 27,8 bilhões; de US\$ 1,2 para US\$ 2,7 bilhões; de US\$ 35,6 para US\$ 115,5 bilhões; de US\$ 8,9 para US\$ 43,2 bilhões; de US\$ 0,6 para US\$ 4,2 bilhões; de US\$ 16,1 para US\$ 29,5 bilhões; respectivamente (Tabela A.4, anexo).

3 As maiores taxas de crescimento médio anual do *quantum* exportado foram observadas nos países sul-americanos: 7% na Argentina; 7% no Brasil; 5% no Chile; 6% na Colômbia; 10% no Equador; e 9% no Peru; com a exceção da Venezuela, que teve queda de 3% no período. Além disso, países centro-americanos da região obtiveram crescimentos menores no volume de exportação. No México, ocorreu um crescimento de 3%, ao passo que na República Dominicana verificou-se uma queda de 1% em média no período referido.

4 As maiores taxas de expansão anual do índice do valor unitário das exportações foram observadas nos países sul-americanos: 5% na Argentina; 10% no Brasil; 15% no Chile; 8% na Colômbia; 7% no Equador; 17% no Peru; e 18% na Venezuela; já outros países da região apresentaram menores taxas de crescimento, tais como: México (4%); Guatemala (5%); e República Dominicana (3%).

(de 3% na média anual)⁵, relaxando, portanto, os problemas de restrições externas ao crescimento de alguns países da região. Além do que, para alguns países, a depender da sua estrutura produtiva interna, o aumento das exportações funcionou como importante componente da demanda agregada (FIORI, 2006, 2011; PINTO; BALANCO, 2012). A melhora nos termos de troca representou para a região um bônus macroeconômico, possibilitando crescimento sem gerar graves desequilíbrios externos e internos.

Além do aumento das exportações, a elevação dos preços das *commodities* exportadas pelos latino-americanos implicou um aumento do investimento estrangeiro direto na região (de US\$ 56 bilhões em 2003 para US\$ 113 bilhões em 2010), destinado, boa parte, à produção de matérias-primas (*resource-seeking*), tais como petróleo, gás, mineração e agricultura (Tabela A.4, anexo).

A redução da vulnerabilidade externa, associada ao fortalecimento da capacidade fiscal da região, permitiu a muitos países latino-americanos a adoção de políticas fiscais expansionistas, centradas em maiores investimentos públicos em infraestrutura e em maiores gastos em políticas sociais massivas de transferência de renda, que proporcionaram altas taxas de crescimento do PIB articuladas à redução da desigualdade de renda e à pobreza extrema.

Essa dinâmica socioeconômica da América Latina aumentou de forma acelerada a influência econômica (comércio, investimento direto e crédito) chinesa na região, ao passo que reduziu a influência econômica dos Estados Unidos, notadamente nos países da América do Sul. Entre 2000 e 2010, verificou-se, por um lado, um aumento significativo da participação das exportações da região destinadas à China (de 1,1% para 10,7%), e, por outro, uma redução da participação das exportações destinadas aos Estados Unidos (de 58,6% para 36,9%) (Tabela A.3, anexo). Cabe observar que essa participação norte-americana no destino das exportações da

5 Entre 2000 e 2010, boa parte dos países da América do Sul obteve crescimento igual ou superior à média anual bastante positiva dos termos de troca da região (3%) no período: Argentina 3%; Brasil 3%; Chile 10%; Colômbia 3%; Peru 5%; e Venezuela 12%. Por outro lado, países centro-americanos da região obtiveram uma evolução menor ou até negativa dos termos de troca no período (Guatemala 0%; México 1%; República Dominicana 0%).

região ainda é muito alta, mas está fortemente concentrada nas exportações mexicanas. Essa mesma tendência foi observada para a origem das importações da região: forte crescimento das importações de produtos chineses, sobretudo, manufaturas, e redução das importações de origem norte-americana.

Além da maior conexão comercial entre a China e a América do Sul, a China vem aumentando o destino do seu Investimento Direto Estrangeiro (IDE) para a América Latina, sobretudo para Argentina, Venezuela, Brasil e Peru. O interesse primordial chinês tem sido voltado aos recursos naturais e à energia (petróleo, cobre e ferro) para suprir sua demanda interna, mas também tem incluído investimentos em montagem de manufaturados, telecomunicações e têxtil.

A maior presença chinesa na América Latina gerou impactos diferenciados (negativos ou positivos) sobre determinados grupos de países da região, segundo Barbosa (2011). O primeiro grupo, formado por países como Chile e Peru, é impactado apenas de forma positiva, em virtude de exportar *commodities* (demandadas pela China) e de não sofrer pressão competitiva das manufaturas chinesas, já que não possuem uma estrutura industrial complexa. O segundo grupo de países, tais como Argentina, Brasil e Colômbia, enfrenta uma situação mais complexa, pois é beneficiado pela loteria das *commodities*; entretanto, é impactado negativamente pela pressão competitiva das manufaturas da China, que aumentou ainda mais após a crise internacional em virtude do direcionamento das exportações chinesas para a região com a queda do consumo nos Estados Unidos e na Europa. O terceiro grupo é formado pelos países (da América Central e México) que não possuem *commodities* exportáveis para a China e que sofrem forte pressão competitiva das exportações chinesas. O México é o caso paradigmático desse processo, pois “possui toda sua estrutura produtiva voltada para os Estados Unidos, exatamente naqueles segmentos em que a China se mostra mais competitiva” (BARBOSA, 2011, p. 287).

No plano interno, as vitórias eleitorais de muitos governantes da região, localizadas no espectro político mais à esquerda, impulsionaram a adoção de políticas de demanda efetiva, pautadas no investimento em infraestrutura e nas políticas de transferência de renda. Essa “inflexão à esquerda” da região ocorreu em virtude do fracasso do modelo neoliberal

em cumprir suas promessas de gerar crescimento econômico com estabilidade e distribuição de renda na década de 1990 (FIORI, 2006, 2011; PINTO; BALANCO, 2007, 2012).

À medida que esses novos governantes foram sendo eleitos e passaram a questionar as diretrizes neoliberais do Consenso de Washington, os Estados Unidos começam a enfrentar problemas na capacidade de intervenção na região em virtude de ter perdido aliados com a inflexão à esquerda da região. Essa situação foi potencializada ainda mais após a sustentação dos Estados Unidos ao fracassado golpe militar de 2002 na Venezuela; o esvaziamento do projeto da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), organizado pelo Brasil e pela Argentina, que foi engavetado na Reunião de Cúpula das Américas, em Mar del Plata em 2001; e o rompimento argentino com o FMI em 2003 (FIORI, 2006, 2011). Esse processo gerou um posicionamento passivo e distanciado dos Estados Unidos no que diz respeito às questões regionais, com as exceções dos países e das regiões (México, América Central e Caribe) que fazem parte da sua “zona de segurança”⁶ geopolítica mais imediata.

Esse novo contexto da América Latina evidencia o aumento da margem de manobra econômica, em relação aos Estados Unidos, de alguns países da região, notadamente os sul-americanos, atrelados à dinâmica chinesa. A continuidade desse processo depende agora (no pós-crise) da sustentação das taxas de expansão de crescimento do PIB chinês. A manutenção desse cenário terá impactos positivos de curto ou médio prazo para os países latino-americanos, que contam com a “loteria das *commodities*”, pois isso propicia uma redução da vulnerabilidade externa conjuntural, um aumento da demanda agregada pela via das exportações e uma elevação da margem de manobra governamental para realizar políticas de demanda efetiva (investimento em infraestrutura e transferência de renda). Por outro lado, essa dinâmica tende a provocar o aumento da vulnerabilidade

6 Como alerta Fiori (2011, p. 102), essa “[...] visão geopolítica dos Estados Unidos, explica a permanência das suas treze bases militares localizadas em Cuba, Porto Rico, Aruba, Curaçau, El Salvador, Honduras, Costa Rica e Panamá, e agora de suas novas bases localizadas no território colombiano. A reafirmação dessa posição norte-americana, com relação à América Central e ao Caribe, explica a extensão militar da intervenção norte-americana no caso do terremoto de Porto Príncipe, no Haiti, e não autoriza grandes ilusões com relação às negociações em curso entre Estados Unidos e Cuba, sobre o bloqueio econômico da ilha”.

externa de longo prazo, uma vez que cria uma força atratora que “puxa” a região para a reprimarização da pauta exportadora e para a redução das dinâmicas manufatureiras (PINTO, 2011a; PINTO; BALANCO, 2012).

4. A EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA E DA POBREZA EXTREMA

As políticas fiscais e sociais adotadas por vários países da região na década de 2000, realizadas por meio da elevação do gasto público não social (investimento em infraestrutura) e social (grandes programas contra a pobreza e de fortalecimento da proteção social), conseguiram estimular a expansão do PIB com significativas melhorias nas condições sociais da região (CEPAL, 2012).

O novo padrão de crescimento latino-americano proporcionou uma trajetória de expansão do PIB com melhora na distribuição de renda, fato pouco comum na história da região. Entre 1999 e 2010, a renda dos 10% mais ricos em relação aos 10% mais pobres caiu nos 10 países selecionados, a saber: i) de 34 para 22,1 vezes na Argentina; de 81,7 para 55,8 vezes no Brasil; de 34,6 para 20 vezes no Chile; de 134 para 59,2 na Colômbia; de 89,1 para 28,4 vezes no Equador; de 26,7 para 21,4 no México; de 50,5 para 26 no Peru; de 33,1 para 20,1 na República Dominicana; e de 32,7 para 27,6 na Venezuela (Tabela A.5, anexo).

Apesar dessa melhora, a região ainda apresentou em 2010 elevados níveis de concentração, em que os 10% dos mais ricos da população recebiam 32% da renda total, ao passo que os 40% mais pobres recebem apenas 15% (CEPAL, 2010). Em 2010, os 10% mais ricos recebiam na Argentina, no Brasil, no Chile, na Colômbia, no Equador, no México, no Peru, na República Dominicana e na Venezuela, respectivamente, 33,3%, 42,9%, 42,8%, 45%, 38,3%, 36,8%, 38,7% e 33,2% da renda total (Tabela A.5, anexo).

Além da redução da desigualdade, a dinâmica socioeconômica também provocou uma redução expressiva da pobreza (de 43,9% para 31% da população entre 2002 e 2010) e da indigência (de 19,3% para 12,1% da população entre 2002 e 2010) (Tabela 1).

Tabela 1. América Latina: pessoas em situação de pobreza e indigência no início e no final dos anos 2000

	Proporção da população (%)						População (mil pessoas)					
	Início dos anos 2000			Final dos anos 2000			Início dos anos 2000			Final dos anos 2000		
	Ano	Pob.	Indig.	Ano	Pob.	Indig.	Ano	Pob.	Indig.	Ano	Pob.	Indig.
Argentina	2004	34,9	14,9	2010	8,6	2,8	2004	13.369	5.708	2010	3.472	1.130
Brasil	2001	37,5	13,2	2009	24,9	7,0	2001	66.426	23.382	2009	48.174	13.543
Chile	2000	20,2	5,6	2009	11,5	3,6	2000	3.122	866	2009	1.954	612
Colômbia	2002	49,7	17,8	2010	37,3	12,3	2002	20.483	7.336	2010	17.325	5.713
Equador	2002	49,0	19,4	2010	37,1	14,2	2002	6.276	2.485	2010	5.376	2.058
México	2002	39,4	12,6	2010	36,3	13,3	2002	40.208	12.858	2010	40.788	14.944
Peru	2001	54,7	24,4	2010	31,3	9,8	2001	14.433	6.438	2010	9.162	2.869
Rep. Dominicana	2002	47,1	20,7	2010	41,4	20,9	2002	4.165	1.831	2010	4.101	2.071
Venezuela	2002	48,6	22,2	2010	27,8	10,7	2002	12.310	5.623	2010	8.073	3.107
A.L. e Caribe	2002	43,9	19,3	2010	31,0	12,1	2002	221.354	97.315	2010	172.405	67.293

Fonte: Cepal.

Esse resultado representou a retirada de cerca de 49 milhões de pessoas da condição de pobreza e de 30 milhões de pessoas da condição de indigência. A proporção de pobres também caiu de forma significativa nos países selecionados, a saber: i) de 34,9% para 8,6% na Argentina; de 37,5% para 24,9% no Brasil; de 20,2% para 11,5% no Chile; de 49,7% para 37,3% na Colômbia; de 49% para 37,1% no Equador; de 39,45 para 36,3% no México; de 54,7% para 31,7% no Peru; de 47,1% para 41,4% na República Dominicana; e de 43,9% para 31% na Venezuela (Tabela 1). Vale ressaltar que esses índices de pobreza são os mais baixos das três últimas décadas.

5. CONCLUSÃO

A evolução econômica e social da América Latina na primeira década do século XXI, exposta neste informe, evidenciou que o crescimento econômico da região funcionou como elemento importante para aumentar a qualidade de vidas das populações, já que o IDH e os indicadores de distribuição renda e de pobreza da região apresentaram melhoras.

Essas melhorias só foram alcançadas em virtude da adoção de políticas fiscais e sociais que elevaram os gastos públicos não social e social da região. A escolha desse tipo de política foi possibilitada pela inflexão mais à esquerda e pelas transformações econômicas internacionais, associadas à ascensão da China.

Em linhas gerais, verificamos que a maior conexão com a China funcionou, para um grupo de países da América Latina, notadamente os sul-americanos exportadores de *commodities*, como importante elemento impulsionador do seu crescimento econômico recente. Para outro grupo de países da região, mais conectado com a economia dos Estados Unidos (formado pelo México e pelos países da América Central e do Caribe), a maior presença chinesa gerou efeitos negativos, pois eles não possuem *commodities* exportáveis para a China e são impactados negativamente pela pressão competitiva das manufaturas chinesas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCEO, E. El fracaso de la reestructuración neoliberal en América Latina. In: BASUALDO, E.; ARCEO, E. **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

BARBOSA, A. China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho. In: LEÃO, R.; PINTO, E.; ACIOLY, L. (Orgs.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: Ipea, 2011.

CASTRO, A. B. As novas tendências pesadas que estão moldando a economia mundial. In: CASTRO, A. C.; CASTRO, L. B. (Orgs.). **Antonio Barros de Castro: o inconformista - homenagem do Ipea ao Mestre**. Brasília: Ipea, 2011.

CEPAL. **Panorama social da América Latina 2012**. Santiago do Chile: Cepal, 2012.

FIORI, J. L. Sistema mundial e América Latina: mudanças e perspectivas. **Projeto de História, (PUC-SP)**, n. 32, p. 55-77, jun. 2006.

_____. Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional. In: ACIOLY, L.; CINTRA, M. **Inserção internacional soberana: temas de política externa**. Brasília: Ipea, 2012. Livro 3, v. 1.

MEDEIROS, C. A. A China como duplo pólo na economia mundial e a recentralização asiática. **Revista de Economia Política**, jul. 2006.

PINTO, E. O Eixo sino-americano e a inserção externa brasileira: antes e depois da crise. **Texto para Discussão (Ipea)**, Brasília, v. 1652, p. 1-60, 2011a.

_____. O eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial. In: LEÃO, R.; PINTO, E.; ACIOLY, L. (Orgs.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: Ipea, 2011b.

PINTO, E.; BALANCO, P. Transformações do capitalismo contemporâneo e os impactos para a América Latina: retrospectivas, mudanças e perspectivas. **Revista Olho da História**, n. 19, dez. 2012.

ANEXOS

Tabela A.1. População e demografia: América Latina

Variável	Países e Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
População (mil pessoas)	Argentina	36.906	37.261	37.612	37.959	38.306	38.652	38.997	39.339	39.682	40.025	40.370
	Brasil	174.506	177.136	179.581	181.875	184.052	186.146	188	189.996	191.764	193.471	195.153
	Chile	15.455	15.638	15.818	15.995	16.168	16.339	16.507	16.672	16.834	16.993	17.149
	Colômbia	39.900	40.556	41.214	41.873	42.531	43.187	43.842	44.497	45.150	45.801	46.448
	Cuba	11.139	11.190	11.227	11.255	11.276	11.293	11.304	11.307	11.305	11.301	11.298
	Equador	12.371	12.590	12.808	13.025	13.241	13.455	13.666	13.876	14.084	14.289	14.490
	México	99.530	100.775	102.050	103.344	104.643	105.934	107.227	108.529	109.827	111.110	112.364
	Peru	26.004	26.386	26.741	27.077	27.403	27.728	28.045	28.350	28.650	28.954	29.272
	Rep. Dominicana	8.575	8.709	8.843	8.978	9.113	9.246	9.380	9.513	9.645	9.777	9.907
	Venezuela	24.408	24.867	25.330	25.796	26.262	26.726	27.190	27.656	28.120	28.582	29.039
	Total (10 maiores)	448.795	455.107	461.224	467.176	472.993	478.705	296.345	489.734	495.061	500.303	505.490
	América Latina e Caribe	521.429	528.823	536.071	543.179	550.163	557.038	563.796	570.442	577.011	583.547	590.082

Variável	Países e Região	1995-00	2000-05	2005-10	2010-15
Taxa e crescimento total da população por quinquênio (%)	Argentina	1,2	0,9	0,9	0,9
	Brasil	1,5	1,3	1,0	0,8
	Chile	1,4	1,1	1,0	0,8
	Colômbia	1,7	1,6	1,5	1,3
	Cuba	0,4	0,3	0,0	0,0
	Equador	1,6	1,7	1,5	1,3
	México	1,7	1,3	1,2	1,0
	Peru	1,7	1,3	1,1	1,1
	Rep. Dominicana	1,6	1,5	1,4	1,2
	Venezuela	2,0	1,8	1,7	1,5
	América Latina e Caribe	1,5	1,3	1,2	1,1

Variável	Países e Região	2000					2010				
		0 - 14	15 - 34	35 - 49	50 - 64	65 e mais	0 - 14	15 - 34	35 - 49	50 - 64	65 e mais
Estrutura etária da população total (%)	Argentina	28,0	31,9	17,6	12,7	9,9	25,0	32,7	18,0	13,8	10,5
	Brasil	29,6	36,0	19,0	9,9	5,5	25,5	34,5	20,3	12,8	6,9
	Chile	27,8	32,3	21,1	11,6	7,3	22,3	31,8	21,7	15,1	9,2
	Colômbia	32,9	35,7	18,1	8,7	4,7	28,8	34,3	19,5	11,9	5,6
	Cuba	20,6	31,0	23,4	15,0	10,0	17,3	27,0	26,9	16,5	12,3
	Equador	34,5	35,6	16,3	8,5	5,1	30,6	34,0	17,7	11,1	6,7
	México	33,1	36,7	16,4	8,6	5,2	27,9	34,2	19,8	11,5	6,6
	Peru	34,1	36,0	16,3	8,8	4,8	29,9	35,4	18,2	10,5	6,0
	Rep. Dominicana	35,1	35,2	16,2	8,4	5,1	31,4	34,5	17,5	10,5	6,1
	Venezuela	33,7	35,1	17,6	9,0	4,5	29,5	34,8	18,6	11,5	5,6
	América Latina e Caribe	31,8	35,2	17,6	9,5	5,8	27,9	34,1	19,2	11,9	6,9

Fonte: Cepal.

Tabela A.2. PIB e PIB *per capita*: América Latina

Variável	Países e Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB (preço corrente; US\$ bilhões)	Argentina	284,3	268,8	102,0	129,6	153,1	183,2	214,3	262,5	328,5	308,7	370,3
	Brasil	644,7	554,2	506,0	552,4	663,7	882,0	1.089,3	1.366,9	1.653,5	1.620,2	2.143,0
	Chile	79,4	72,4	71,0	77,8	100,6	124,4	154,4	172,9	179,6	172,6	216,3
	Colômbia	99,9	98,2	98,0	94,6	117,1	146,6	162,6	207,4	244,0	232,9	286,4
	Cuba	30,6	31,7	33,6	35,9	38,2	42,6	52,7	58,6	60,8	62,1	64,3
	Equador	18,3	24,5	28,5	32,4	36,6	41,5	46,8	51,0	61,8	61,6	67,9
	México	636,7	681,8	711,1	700,3	758,6	846,1	949,1	1.033,2	1.092,0	880,1	1.032,6
	Peru	53,3	54,0	56,8	61,4	69,7	79,4	92,3	107,5	129,1	130,1	157,4
	Rep. Dominicana	23,7	24,5	24,9	20,0	21,6	33,5	35,7	41,0	45,5	46,6	51,6
	Venezuela	117,1	122,9	92,9	83,5	112,5	145,5	183,5	230,4	315,6	329,4	239,6
	Total (10 maiores)	1.988,1	1.932,9	1.724,9	1.788,0	2.071,7	2.524,9	2.980,6	3.531,3	4.110,4	3.844,3	4.629,4
	América Latina e Caribe	2.132,1	2.078,9	1.867,7	1.935,9	2.234,4	2.707,2	3.184,5	3.764,8	4.382,9	4.103,2	4.922,1

Variável	Países e Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB per capita (US\$)	Argentina	7.707	7.212	2.711	3.410	3.991	4.728	5.475	6.638	8.224	7.653	9.089
	Brasil	3.702	3.137	2.825	3.043	3.609	4.739	5.789	7.189	8.612	8.361	10.962
	Chile	4.898	4.414	4.281	4.639	5.933	7.257	8.914	9.877	10.161	9.479	11.874
	Colômbia	2.512	2.430	2.385	2.268	2.762	3.405	3.721	4.676	5.431	5.140	6.237
	Cuba	2.760	2.853	3.018	3.219	3.419	3.811	4.710	5.232	5.428	5.560	5.722
	Equador	1.323	1.706	1.959	2.225	2.528	2.829	3.159	3.410	4.020	3.818	4.210
	México	6.434	6.800	7.007	6.821	7.305	8.058	8.939	9.626	10.067	8.022	9.327
	Peru	2.052	2.045	2.122	2.262	2.536	2.852	3.277	3.772	4.477	4.470	5.334
	Rep. Dominicana	2.763	2.819	2.821	2.235	2.371	3.631	3.805	4.315	4.723	4.769	5.210
	Venezuela	4.801	4.943	3.667	3.238	4.282	5.445	6.748	8.330	11.223	11.525	8.251
América Latina e Caribe	4.124	3.963	3.509	3.590	4.090	4.895	5.689	6.649	7.655	7.078	8.404	

Variável	Países e Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Variação do PIB (%)	Argentina	-0,8	-4,4	-10,9	8,8	9,0	9,2	8,5	8,7	6,8	0,9	9,2
	Brasil	4,3	1,3	2,7	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,2	-0,3	7,5
	Chile	4,5	3,4	2,2	3,9	6,0	5,6	4,6	4,6	3,7	-1,7	5,2
	Colômbia	2,9	1,7	2,5	3,9	5,3	4,7	6,7	6,9	3,5	1,5	4,3
	Cuba	5,9	3,2	1,4	3,8	5,8	11,2	12,1	7,3	4,1	1,4	2,1
	Equador	4,2	4,8	3,4	3,3	8,8	5,7	4,8	2,0	7,2	0,4	3,6
	México	6,6	0,0	0,8	1,4	4,1	3,3	5,1	3,4	1,2	-6,3	5,6
	Peru	3,0	0,2	5,0	4,0	5,0	6,8	7,7	8,9	9,8	0,9	8,8
	Rep. Dominicana	5,7	1,8	5,8	-0,3	1,3	9,3	10,7	8,5	5,3	3,5	7,8
	Venezuela	3,7	3,4	-8,9	-7,8	18,3	10,3	9,9	8,8	5,3	-3,2	-1,5
América Latina e Caribe	4,4	0,7	0,5	1,8	5,8	4,6	5,6	5,6	4,0	-2,0	5,9	

Variável	Países e Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Variação do PIB per capita (%)	Argentina	-1,9	-5,4	-11,8	7,8	8,0	8,1	7,4	7,6	5,7	-0,2	8,1
	Brasil	2,8	-0,1	1,2	-0,2	4,4	1,9	2,8	5,0	4,2	-1,2	6,6
	Chile	3,2	2,2	1,0	2,8	4,9	4,5	3,5	3,5	2,6	-2,6	4,2
	Colômbia	1,2	0,0	0,9	2,3	3,7	3,1	5,1	5,3	2,0	0,0	2,9
	Cuba	5,6	2,9	1,2	3,6	5,6	11,1	12,0	7,2	4,1	1,4	2,1
	Equador	2,7	3,4	2,2	2,1	7,6	4,6	3,6	1,0	6,1	-0,7	2,5
	México	5,1	-1,3	-0,5	0,2	2,9	2,1	3,9	2,2	0,2	-7,2	4,5
	Peru	1,4	-1,2	3,6	2,6	3,6	5,5	6,4	7,6	8,5	-0,3	7,5
	Rep. Dominicana	4,0	0,2	4,2	-1,8	-0,2	7,7	9,1	6,9	3,8	2,1	6,3
	Venezuela	1,7	1,5	-10,5	-9,4	16,2	8,4	8,0	6,9	3,5	-4,8	-3,0
	América Latina e Caribe	2,9	-0,7	-0,9	0,5	4,5	3,3	4,3	4,4	2,8	-3,1	4,8

Fonte: Cepal.

Tabela A.3. Variáveis do setor externo A: América Latina

Variável	Países e Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (US\$ bilhões)	Argentina	26,3	26,5	25,7	29,9	34,6	40,4	46,5	56,0	70,0	55,7	68,5
	Brasil	55,1	58,2	60,4	73,1	96,5	118,3	137,8	160,6	197,9	153,0	201,9
	Chile	19,2	18,3	18,2	21,7	32,5	41,3	58,7	68,0	66,3	54,0	71,0
	Colômbia	13,8	12,9	12,4	13,8	17,2	21,7	25,2	30,6	38,5	34,0	40,8
	Cuba	1,7	1,6	1,4	1,7	2,2	2,4	3,2	3,8	-	-	-
	Equador	5,1	4,8	5,3	6,4	8,0	10,5	13,2	14,9	19,5	14,4	18,1
	México	166,4	159,0	161,3	165,0	188,3	214,6	250,3	272,3	291,9	230,0	298,9
	Peru	7,0	7,0	7,7	9,1	12,8	17,4	23,8	28,1	31,0	27,0	35,6
	Rep. Dominicana	5,7	5,3	5,2	5,5	5,9	6,1	6,6	7,2	6,7	5,5	6,6
	Venezuela	33,5	26,7	26,8	27,2	39,7	55,7	65,6	69,0	95,1	57,6	65,8
	Total (10 maiores)	333,7	320,4	324,2	353,4	437,7	528,4	630,9	710,4	817,0	631,1	807,1
	América Latina e Caribe	371,0	356,2	359,4	392,4	483,7	583,3	697,9	783,9	906,4	701,8	889,3

Variável	Países e Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Importações (US\$ bilhões)	Argentina	23,9	19,2	8,5	13,1	21,3	27,3	32,6	42,5	54,6	37,1	53,8
	Brasil	55,8	55,6	47,2	48,3	62,8	73,6	91,4	120,6	173,1	127,7	181,7
	Chile	17,1	16,4	15,8	17,9	22,9	30,5	35,9	44,0	57,7	39,9	55,2
	Colômbia	11,1	12,3	12,1	13,3	15,9	20,1	24,9	31,2	37,6	31,5	38,6
	Cuba	4,8	4,5	3,8	4,2	5,1	7,6	9,5	10,1	-	-	-
	Equador	3,7	5,2	6,2	6,4	7,7	9,7	11,4	13,0	17,9	14,3	19,6
	México	174,8	168,7	168,9	170,8	197,1	222,3	256,6	282,6	309,5	234,9	301,8
	Peru	7,4	7,2	7,4	8,2	9,8	12,1	14,8	19,6	28,4	21,0	28,8
	Rep. Dominicana	9,5	8,8	8,8	7,6	7,9	9,9	12,2	13,6	16,0	12,3	15,3
	Venezuela	16,9	19,2	13,4	10,5	17,0	24,0	33,6	46,0	49,5	38,4	38,6
	Total (10 maiores)	324,8	316,9	292,1	300,3	367,6	437,1	522,8	623,3	744,3	557,1	733,5
América Latina e Caribe	374,6	366,4	341,7	353,6	429,9	509,7	607,3	722,2	864,3	650,2	843,5	

Variável	Países e Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Balança Comercial (US\$ bilhões)	Argentina	2,5	7,4	17,2	16,8	13,3	13,1	14,0	13,5	15,4	18,5	14,7
	Brasil	-0,7	2,7	13,1	24,8	33,6	44,7	46,5	40,0	24,8	25,3	20,2
	Chile	2,1	1,8	2,4	3,7	9,6	10,8	22,8	23,9	8,5	14,1	15,9
	Colômbia	2,7	0,6	0,3	0,6	1,3	1,6	0,3	-0,6	1,0	2,5	2,1
	Cuba	-3,1	-2,8	-2,4	-2,6	-2,9	-5,2	-6,3	-6,3	-	-	-
	Equador	1,4	-0,4	-0,9	0,1	0,3	0,8	1,8	1,8	1,5	0,1	-1,6
	México	-8,4	-9,6	-7,6	-5,8	-8,8	-7,7	-6,3	-10,3	-17,6	-4,9	-3,0
	Peru	-0,4	-0,2	0,3	0,9	3,0	5,3	9,0	8,5	2,6	6,0	6,7
	Rep. Dominicana	-3,7	-3,5	-3,7	-2,2	-2,0	-3,7	-5,6	-6,4	-9,2	-6,8	-8,7
	Venezuela	16,7	7,5	13,4	16,7	22,6	31,7	32,0	23,0	45,7	19,2	27,2
	Total (10 maiores)	9,0	3,4	32,1	53,1	70,1	91,2	108,1	87,1	72,7	74,0	73,6
América Latina e Caribe	-3,7	-10,3	17,7	38,8	53,9	73,6	90,6	61,7	42,1	51,6	45,8	

Variável	Países e Região	2000			2005			2010		
		A. Latina	USA	Chi-na	A. Latina	USA	Chi-na	A. Latina	USA	China
Destinos das exportações (% do total)	Argentina	48,1	12,0	3,0	40,4	11,4	7,9	41,8	5,4	8,5
	Brasil	24,8	24,3	2,0	25,1	19,2	5,8	23,4	9,7	15,6
	Chile	21,9	16,5	5,0	16,0	16,1	11,6	16,3	11,3	23,2
	Colômbia	28,9	50,4	0,2	33,5	41,8	1,1	26,2	43,1	4,9
	Cuba	68,7	0,0	0,2	26,3	0,0	4,9	-	-	-
	Equador	31,5	37,9	1,2	30,7	50,1	0,1	39,7	34,7	1,9
	México	3,6	88,2	0,2	4,5	85,8	0,5	7,0	80,1	1,4
	Peru	18,1	28,0	6,4	20,7	30,7	10,9	16,9	16,4	15,5
	Rep. Dominicana	16,2	40,2	0,0	4,9	70,1	0,5	28,1	58,7	2,7
	Venezuela	19,6	59,6	0,1	8,3	45,2	0,4	-	-	-
América Latina e Caribe	17,5	58,6	1,1	19,2	51,0	3,9	21,2	36,9	10,7	

Variável	Países e Região	2000			2005			2010		
		A. Latina	USA	Chi-na	A. Latina	USA	Chi-na	A. Latina	USA	China
Origens das importações (% do total)	Argentina	34,3	18,9	4,6	47,3	15,8	5,3	40,3	10,8	13,5
	Brasil	21,3	23,3	2,2	16,2	17,5	7,3	17,4	15,1	14,2
	Chile	35,8	19,7	5,7	35,1	14,2	7,4	29,7	16,8	11,8
	Colômbia	27,1	33,2	3,0	32,9	28,5	7,6	28,3	25,9	13,5
	Cuba	36,5	0,1	9,2	39,0	6,4	11,5	-	-	-
	Equador	43,7	25,6	2,2	46,3	19,2	6,5	38,5	27,9	7,8
	México	2,6	71,2	1,6	5,6	53,6	8,0	4,3	48,2	15,1
	Peru	38,4	23,4	3,9	42,0	17,8	8,5	31,4	19,5	17,1
	Rep. Dominicana	30,7	44,8	1,0	12,7	37,8	3,7	31,3	39,0	10,7
	Venezuela	25,0	37,8	1,3	38,7	31,6	3,7	37,1	27,3	10,4

Fonte: Cepal.

Tabela A.4. Variáveis do setor externo B: América Latina

Variável	Países e Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Transações Correntes (US\$ bilhões)	Argentina	-9,0	-3,8	8,8	8,1	3,2	5,3	7,8	7,4	6,8	8,5	2,8
	Brasil	-24,2	-23,2	-7,6	4,2	11,7	14,0	13,6	1,6	-28,2	-24,3	-47,3
	Chile	-0,9	-1,1	-0,6	-0,8	2,6	1,9	7,1	7,1	-5,8	3,5	3,3
	Colômbia	0,8	-1,1	-1,3	-1,0	-0,9	-1,9	-3,0	-6,0	-6,7	-5,0	-8,8
	Cuba	-0,7	-0,6	-0,3	0,0	0,1	0,1	-0,2	0,5	-	-	-
	Equador	0,9	-0,7	-1,2	-0,4	-0,5	0,5	1,7	1,7	1,6	0,1	-1,6
	México	-18,7	-17,7	-14,2	-7,2	-5,2	-5,9	-4,5	-9,3	-15,7	-5,1	-3,1
	Peru	-1,5	-1,2	-1,1	-0,9	0,1	1,2	2,9	1,5	-5,3	-0,7	-3,8
	Rep. Dominicana	-1,0	-0,7	-0,8	1,0	1,0	-0,5	-1,3	-2,2	-4,5	-2,3	-4,3
	Venezuela	11,9	2,0	7,6	11,8	15,5	25,4	26,5	17,3	34,3	6,0	12,1
	Total (10 maiores)	-42,5	-48,1	-10,8	14,9	27,6	40,2	50,7	19,6	-23,5	-19,3	-50,7
	América Latina e Caribe	-49,3	-54,6	-16,7	9,4	22,4	36,6	50,1	14,9	-29,3	-19,3	-56,4

Variável	Países e Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Conta Capital e Financeira (US\$ bilhões)	Argentina	9,5	2,0	2,8	0,9	3,4	4,0	3,1	5,0	8,3	3,3	5,2
	Brasil	30,5	24,7	14,1	9,9	8,3	12,5	-9,4	27,5	24,6	36,0	36,9
	Chile	0,9	2,6	2,2	2,7	5,6	4,8	4,6	10,0	7,1	4,8	6,4
	Colômbia	2,1	2,5	1,3	0,8	2,9	5,6	5,6	8,1	8,3	4,0	0,2
	Cuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Equador	0,0	0,5	0,8	0,9	0,8	0,5	0,3	0,2	1,0	0,3	0,2
	México	18,1	25,5	22,9	15,0	20,4	17,6	14,3	21,5	25,1	8,3	4,3
	Peru	0,8	1,1	2,2	1,3	1,6	2,6	3,5	5,4	6,2	5,2	7,1
	Rep. Dominicana	1,0	1,1	0,9	0,6	0,9	1,1	1,1	1,7	2,9	2,2	1,6
	Venezuela	4,2	3,5	-0,2	0,7	0,9	1,4	-2,0	1,0	-0,9	-4,9	-3,8
	Total (10 maiores)	67,0	63,5	46,9	32,7	44,8	50,2	20,9	80,3	82,7	59,2	58,2
	América Latina e Caribe	71,8	68,5	51,2	37,6	50,9	56,9	31,9	92,9	98,6	69,4	68,7

Variável	Países e Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Investimento direto estrangeiro líquido (US\$ bilhões)	Argentina	9,5	2,0	2,8	0,9	3,4	4,0	3,1	5,0	8,3	3,3	5,2
	Brasil	30,5	24,7	14,1	9,9	8,3	12,5	-9,4	27,5	24,6	36,0	36,9
	Chile	0,9	2,6	2,2	2,7	5,6	4,8	4,6	10,0	7,1	4,8	6,4
	Colômbia	2,1	2,5	1,3	0,8	2,9	5,6	5,6	8,1	8,3	4,0	0,2
	Cuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Equador	0,0	0,5	0,8	0,9	0,8	0,5	0,3	0,2	1,0	0,3	0,2
	México	18,1	25,5	22,9	15,0	20,4	17,6	14,3	21,5	25,1	8,3	4,3
	Peru	0,8	1,1	2,2	1,3	1,6	2,6	3,5	5,4	6,2	5,2	7,1
	Rep. Dominicana	1,0	1,1	0,9	0,6	0,9	1,1	1,1	1,7	2,9	2,2	1,6
	Venezuela	4,2	3,5	-0,2	0,7	0,9	1,4	-2,0	1,0	-0,9	-4,9	-3,8
	Total (10 maiores)	67,0	63,5	46,9	32,7	44,8	50,2	20,9	80,3	82,7	59,2	58,2
	América Latina e Caribe	71,8	68,5	51,2	37,6	50,9	56,9	31,9	92,9	98,6	69,4	68,7
Variável	Países e Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Reservas internacionais (US\$ bilhões)	Argentina	25,5	14,7	10,0	13,3	18,8	29,0	31,3	44,7	47,5	47,3	51,7
	Brasil	33,4	36,3	36,1	46,5	50,5	55,6	84,0	174,7	198,8	234,7	285,9
	Chile	15,2	14,6	14,6	14,9	15,3	17,5	19,0	16,3	23,7	24,9	27,6
	Colômbia	9,1	10,4	10,3	10,3	12,9	15,5	15,1	20,3	24,3	24,6	27,8
	Cuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Equador	1,2	1,1	1,0	1,1	1,3	2,2	2,0	3,5	4,6	4,0	2,7
	México	35,6	45,0	47,9	55,2	60,8	76,1	74,2	84,0	97,2	94,1	115,5
	Peru	8,9	9,2	9,4	9,8	12,2	14,8	17,2	27,0	32,1	32,1	43,2
	Rep. Dominicana	0,6	1,1	0,5	0,2	0,8	1,9	2,1	2,4	2,3	3,4	4,2
	Venezuela	16,1	12,4	11,7	19,9	22,6	30,6	36,1	33,0	43,9	34,0	29,5
	Total (10 maiores)	145,6	144,8	141,4	171,4	195,1	243,1	280,9	406,0	474,4	498,9	588,1
	América Latina e Caribe	162,7	164,6	157,6	190,3	217,5	272,3	314,1	445,3	525,0	557,9	651,4

Fonte: Cepal.

Tabela A.5. Pobreza e distribuição de renda – América Latina

Variável	Países e Região	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Participação na renda dos 20% mais ricos	Argentina	54,15	55,2	57,0	57,5	58,2	53,8	53,3	51,8	51,6	50,5	50,5	49,4
	Brasil	63,78	0,0	63,9	63,4	62,4	60,9	61,4	60,9	59,8	59,0	58,6	0,0
	Chile	0	60,6	0,0	0,0	60,0	0,0	0,0	57,5	0,0	0,0	57,7	0,0
	Colômbia	62,39	62,2	61,3	64,1	61,5	62,0	60,3	100,0	100,0	61,1	60,7	60,2
	Cuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Equador	63,6	60,8	0,0	0,0	59,4	0,0	58,4	57,7	58,8	55,4	54,4	53,8
	México	0	56,6	0,0	54,8	0,0	51,2	0,0	53,6	0,0	53,7	0,0	0,0
	Peru	60,72	54,9	58,3	59,7	59,8	55,2	55,9	55,6	55,9	53,4	53,5	52,6
	Rep. Dominicana	0	56,6	55,6	54,7	57,0	57,0	56,1	56,9	54,2	54,4	54,5	52,8
	Venezuela	52,36	0,0	52,0	53,2	51,9	51,6	52,9	49,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Participação na renda dos 10% mais ricos	Argentina	37,0	37,5	39,5	40,5	41,6	36,7	36,1	34,6	34,7	33,6	33,3	32,3
	Brasil	47,4	0,0	47,7	46,8	46,3	45,4	45,5	44,7	43,8	43,3	42,9	0,0
	Chile	0,0	45,3	0,0	0,0	45,0	0,0	0,0	42,0	0,0	0,0	42,8	0,0
	Colômbia	46,9	47,0	46,1	48,9	45,9	46,5	45,0	100,0	100,0	45,2	45,0	44,4
	Cuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Equador	49,0	46,0	0,0	0,0	43,5	0,0	42,6	42,5	43,3	39,3	38,3	38,3
	México	0,0	41,4	0,0	39,4	0,0	35,6	0,0	38,3	0,0	38,7	0,0	0,0
	Peru	44,9	38,4	41,9	44,0	44,2	38,8	39,7	39,2	39,3	36,9	36,8	36,1
	Rep. Dominicana	0,0	40,7	39,6	38,8	41,7	41,6	39,7	41,2	38,4	38,8	38,7	36,4
	Venezuela	36,0	0,0	35,3	36,2	35,1	34,7	36,3	33,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Participação na renda dos 10% mais pobres	Argentina	1,1	1,0	0,7	0,9	0,8	1,0	1,1	1,1	1,2	1,3	1,2	1,5
	Brasil	0,6	0,0	0,5	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,0
	Chile	0,0	1,3	0,0	0,0	1,4	0,0	0,0	1,6	0,0	0,0	1,5	0,0
	Colômbia	0,4	0,1	0,3	0,3	0,3	0,4	0,7	0,0	0,0	0,7	0,8	0,9
	Cuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Equador	0,6	0,9	0,0	0,0	0,9	0,0	0,9	1,2	1,0	1,1	1,2	1,4
	México	0,0	1,6	0,0	1,8	0,0	1,7	0,0	2,0	0,0	1,8	0,0	0,0
	Peru	0,9	1,1	1,1	1,0	1,2	1,5	1,4	1,4	1,2	1,3	1,3	1,4
	Rep. Dominicana	0,0	1,2	1,5	1,3	1,3	1,4	1,3	1,5	1,6	1,7	1,7	1,8
	Venezuela	1,1	0,0	1,2	0,8	0,7	0,7	0,5	1,2	0,0	0,0	0,0	0,0

Variável	Países e Região	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Participação na renda dos 20% mais pobres	Argentina	3,5	3,2	2,7	2,8	2,7	3,2	3,4	3,6	3,9	3,9	3,9	4,4
	Brasil	2,2	0,0	2,1	2,3	2,3	2,5	2,8	2,6	2,8	2,9	2,9	0,0
	Chile	0,0	3,7	0,0	0,0	3,8	0,0	0,0	4,2	0,0	0,0	4,3	0,0
	Colômbia	2,0	1,9	2,0	1,9	2,1	2,2	2,8	0,0	0,0	2,5	2,7	3,0
	Cuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Equador	2,2	3,0	0,0	0,0	3,0	0,0	3,1	3,6	3,3	3,7	3,9	4,3
	México	0,0	4,0	0,0	4,4	0,0	4,6	0,0	4,8	0,0	4,7	0,0	0,0
	Peru	2,8	3,4	3,1	3,0	3,4	4,0	3,9	3,8	3,4	3,8	3,8	3,9
	Rep. Dominicana	0,0	3,7	4,1	3,8	3,8	3,9	3,8	4,0	4,4	4,5	4,5	4,7
	Venezuela	3,8	0,0	4,0	3,3	3,3	3,4	2,8	4,3	0,0	0,0	0,0	0,0

Variável	Países e Região	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Participação da população que ganha menos do que US\$ 2 por dia (PPP) (% da população)	Argentina	8,5	10,5	14,9	23,1	17,9	12,4	9,4	7,4	5,5	3,7	3,4	1,9
	Brasil	21,3	0,0	21,7	20,2	20,6	18,6	16,6	14,4	13,2	11,3	10,8	0,0
	Chile	0,0	5,6	0,0	0,0	4,9	0,0	0,0	3,2	0,0	0,0	2,7	0,0
	Colômbia	27,2	31,7	31,4	32,7	32,7	31,7	23,5	20,9	17,7	20,9	18,5	15,8
	Cuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Equador	19,1	16,3	0,0	0,0	10,0	0,0	7,7	5,2	6,1	5,5	5,5	4,1
	México	-	15,1	-	13,5	0,0	7,6	-	4,9	-	5,2	-	-
	Peru	28,0	24,1	27,6	24,2	22,1	18,9	20,5	17,8	18,2	14,8	14,0	12,7
	Rep. Dominicana	0,0	11,0	10,4	13,0	15,6	20,2	14,9	12,0	11,5	11,1	10,0	9,9
	Venezuela	23,2	0,0	20,8	29,5	34,8	29,4	21,9	12,9	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Banco Mundial.